

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ALTERNATIVA PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE DO BAIRRO NOVO HORIZONTE, FEIRA DE SANTANA, BAHIA, BRASIL

UIARA CATHARINA SOARES E SILVA*, GRÊNIVEL MOTA DA COSTA, ANTÔNIO DA COSTA NETO & SOLANGE MARIA COSTA AMORIM

Universidade Estadual de Feira de Santana, Departamento de Ciências Biológicas, Av. Transnordestina, s/n,
44036-900, Feira de Santana, Bahia Brasil

*Autor para correspondência: (uiara_catharina@yahoo.com.br)

(Educação ambiental: uma alternativa para a melhoria da qualidade de vida da comunidade do bairro Novo Horizonte, Feira de Santana, Bahia, Brasil) – O presente trabalho tem como objetivo principal a avaliação da conscientização ambiental acerca da poluição da Lagoa da Pindoba da comunidade do Bairro Novo Horizonte, Feira de Santana, Bahia. A área de estudo foi caracterizada através de visitas *in loco*, sendo feita a identificação dos problemas e potenciais que a comunidade considera de maior importância para o seu cotidiano através de entrevistas informais e aleatórias com os moradores e da observação empírica. A partir da realização das entrevistas, pôde-se inferir que a Lagoa da Pindoba encontra-se altamente poluída, sendo celeiro de lixo, esgoto e outros resíduos depositados tanto pelos moradores locais como pela própria UEFS. Pôde-se coligir também que a maioria das crianças não recebe instruções em sua escola (a única local) de que não devem fazer uso, de qualquer espécie, das águas da Lagoa da Pindoba e que, tampouco, recebem noções do manejo e educação ambiental. Finalmente, torna-se evidente a necessidade de implantação de programas de Educação Ambiental voltados à formação de um pensamento crítico, reflexivo, capaz de analisar as complexas relações da realidade natural e social para atuar no ambiente permitindo a construção de um mundo mais justo e igualitário.

Palavras-chave: Educação ambiental, Lagoa da Pindoba, poluição.

(Environmental education: an alternative to improve the quality of life of the community's neighborhood Novo Horizonte, Feira de Santana, Bahia State, Brazil) – This work aims at the evaluation of environmental awareness about the pollution of the Pindoba Lake at Novo Horizonte community, Feira de Santana, Bahia. The study area was characterized by visits in situ, the identification of potential problems what the community believes the most important for their daily life is was made through informal and random interviews with local residents and through empirical observation. Finished the interviews, it was inferred that the Pindoba Lake is highly polluted, barn garbage, sewage and other waste by both local residents and by the UEFS is thrown. It was also gathered that most children do not receive instruction in their schools (the only one). The school should advice them not use the water of the Pindoba Lake and give notions of management and environmental education. Finally, it is clear the necessity of deployment programs for the Environmental Education focused on the formation of a critical thinking, reflective, capable of analyzing the complex relationship between the nature and social reality, to serve the environment allowing the construction of a fair and equal world.

Key words: Environmental education, Pindoba Lake, pollution.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, Educação Ambiental é um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinações que os tornam aptos a agir individual e coletivamente e resolver problemas ambientais presentes e futuros.

A consideração de que um meio ambiente digno e saudável é um direito de *toda pessoa* associando-o não apenas ao aspecto físico, mas ao *direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família a saúde e o bem-estar; inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis* é demonstrada desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem, datada de 1945, no seu artigo 25. Mas, segundo DIAS (1992), a ênfase na educação ambiental como proponente fundamental para combater a crise ambiental

vai emergir como proposta na “Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente”, realizada em Estocolmo em 1972.

A partir daí tem-se início uma série de Conferências e discussões acerca deste tema, como a conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, ocorrida em Tbilisi em 1977, na qual foram reiterados os princípios formulados em Estocolmo e são definidas estratégias para a educação ambiental; e o “Relatório Brundtland” divulgado pela Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1989, em que foi estabelecida uma relação de causalidade entre os problemas sócio-econômicos e os problemas ecológicos globais e, de acordo com SANCHES (2002), servindo de base preparatória para a Eco-92 realizada no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com ALMEIDA (2000), o homem sempre estabeleceu uma relação desfavorável com o meio ambiente através da degradação da natureza e o desenvolvimento urbano tem contribuído para intensificar esse grau de

degradação ambiental do meio natural, pois altera as características físicas e dinâmicas da paisagem.

No Brasil, o crescente interesse pelas questões ambientais está relacionado, primeiro à expectativa de que o ecologismo se constitua em uma nova ordem internacional; segundo, às relações que estão sendo feitas pelo ambientalismo entre a baixa qualidade de vida das populações e a degradação sócio-ambiental; terceiro, ao papel estratégico desempenhado pela floresta amazônica brasileira para a diversidade biológica; e finalmente, a autoconsciência da possibilidade de uma catástrofe global que não respeitaria ideologias, religiões, fronteiras ou distinções entre pobres e ricos (PÁDUA, 1988).

É no bojo da formação de uma consciência crítica com relação ao meio ambiente, definido no artigo 3º da Legislação Brasileira nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 como “o conjunto de condições, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” que este artigo apresenta como alternativa a Educação Ambiental para a melhoria da qualidade de vida da comunidade do Bairro Novo Horizonte, localizada no entorno da Lagoa da Pindoba, em Feira de Santana, Bahia, Brasil.

MATERIAIS E MÉTODOS

Área de Estudo

Feira de Santana é a segunda maior cidade do Estado da Bahia, com uma população de cerca de meio milhão de habitantes (CENSO, 2000). A cidade se constitui num importante eixo rodoviário do Estado, formado por um anel de contorno, que inicialmente delimitava sua área, interligando as BR 324, BR 116, BR 101 e a BA 052.

Tendo como substrato um Tabuleiro Sedimentar, o sítio urbano e seus arredores, principalmente a norte e sul, possui inúmeras lagoas e nascentes de vários rios importantes para a região como o Rio Subaé, Pojuca e Jacuípe. O regime hídrico do município é controlado fortemente pela geologia local, que é área de recarga dos seus aquíferos e também de sua exudação (FRANCA-ROCHA *et al.*, 1998).

Existem cerca de 52 lagoas no platô sedimentar, 65% na zona rural do município, a maioria possui regime intermitente, e permanecem a maior parte do tempo secas. No perímetro urbano, destacam-se cinco grandes lagoas perenes: Lagoa Salgada, Lagoa Grande, Lagoa Prato Raso, Lagoa Tabua e Lagoa da Pindoba, sendo esta última a abordada neste estudo.

A Lagoa da Pindoba está localizada ao Norte do Centro da cidade de Feira de Santana, nas coordenadas 12°11'42,9"S, 38°58'17,8"W, com altitude 232 m.s.n.m, situando-se entre a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e o bairro Novo Horizonte.

A Lagoa da Pindoba possui uma área total de 21 ha, sendo a área ocupada 29% da total (6,09 ha). Foi uma das lagoas do perímetro urbano feirense que mais sofreram alterações significativas em seu entorno. Em 1982, as áreas

de ocupação da Lagoa da Pindoba eram restritas a poucas casas a NE. Em 1992, houve o surgimento do Bairro Novo Horizonte a Norte e a Sul, houve uma invasão pela Uefs. Em 1999, intensificou-se a ocupação da área com a ampliação do Bairro Novo Horizonte e a construção de novos prédios na UEFS (LOBÃO & MACHADO, 2005).

Atualmente, a área encontra-se bastante antropizada e a lagoa serve como fonte de renda para oleiros, pescadores e caçadores. Sua fauna caracteriza-se principalmente por pato selvagem (*Cairina moschata* L.), galinha-d'água (*Gallinula chloropus* L.), traíra (*Hoplias* sp.) e tilápia (*Tilapia* sp.); a flora é composta por assa-peixe (*Vernonia polyanthes* e *Vernonia ferruginea* Less) e capim (*Cyperus surinamensis* Rottb., *Eleocharis acutangula* (Roxb.) Schult., *Eleocharis geniculata* (L.) Roem. & Schult., *Eleocharis equisetoides* (Elliott.) Torr.)

Procedimentos

A área de estudo foi caracterizada através de visitas *in loco*. Foi feita a identificação dos problemas e potenciais que a comunidade considera de maior importância para o seu cotidiano através de entrevistas informais e aleatórias com os moradores e através da observação empírica, sendo feito registro fotográfico da área através de câmera digital. Todas as anotações foram registradas em caderno de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise da Lagoa e População

A atratividade econômica da pecuária e do comércio, bem como da abundância de água existente na região de Feira de Santana, promoveram intensa migração regional e ampliação urbana, fazendo com que as lagoas, especialmente aquelas localizadas no perímetro urbano, fossem atingidas, principalmente, por aterro para assentamentos e despejo de efluentes domésticos.

O Código do Meio Ambiente, através da Lei Complementar Nº 1.612/92, entre outros temas relativos, estabelece áreas mínimas de preservação no entorno dos corpos d'água, intermitentes ou perenes, no município de Feira de Santana. Nesta Lei, fica definido 30m para lagos e lagoas, 50m para olhos d'água e nascentes e prioriza algumas lagoas da área urbana do município de Feira de Santana como áreas de Proteção Permanente num limite de 100m a partir do maior espelho d'água na horizontal. Entre elas as Lagoas da Pindoba, Tabua e Salgada, excetuando-se a Lagoa do Prato Raso e Lagoa Grande com uma margem de proteção de 50m. Esta Lei Complementar foi promulgada com base na Lei Orgânica do município (LEI Nº 37/90), que em seu Art. 167, já estabelecia: - “Não será permitido o aterro de lagoas, nascente e lagos a não ser em casos especiais e com previa autorização do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente”. No entanto, o seu descumprimento pela sociedade civil, por empresas e até Instituições de Ensino e Pesquisa é um fato inegável.

Através das entrevistas informais e aleatórias realizadas com moradores da área em estudo, e da própria

observação empírica, pode-se tomar conhecimento de que a Lagoa da Pindoba encontra-se altamente poluída, com suas águas impróprias para banho e consumo. Em suas águas, segundo alguns dos entrevistados, são depositados lixo, ainda que exista coleta do mesmo por parte da prefeitura (três vezes por semana); esgoto da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); “despacho” e restos de parto humano, nas palavras de uma moradora local.

Apesar de terem conhecimento da poluição da lagoa, entretanto, alguns moradores ainda a utilizam como ponte para se deslocarem do Bairro em direção a outros bairros e à própria UEFS. A maioria das mães entrevistadas disse proibir seus filhos de se banharem ou brincarem nas águas da lagoa, pois alguns já contraíram doenças, como verminoses (Esquistossomose), ao banharem-se por lá.

Em conversas informais com as crianças, tornou-se possível saber que a maioria delas não recebe instruções em sua escola (a única local) de que não devem fazer uso, de qualquer espécie, das águas da Lagoa da Pindoba e que, tampouco, recebem noções do manejo e educação ambiental.

Educação Ambiental e suas Perspectivas

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000) sugerem ao professor que, tendo como base as características de uma natureza integrada numa rede de interdependências, renovações, vida-e-morte, trocas de energia, trocas de elementos bióticos e abióticos, percorra desde a preocupação do mundo com as questões ecológicas que começaram relacionadas à natureza intocada, até as considerações sobre os direitos e deveres dos alunos e sua comunidade com relação à qualidade do ambiente em que vive, chegando às possibilidades de atuação individual, coletiva e institucional. Não obstante, não se verifica tal preocupação por parte dos professores que atuam na educação da comunidade local.

Segundo VASCONCELLOS (1997), a presença, em todas as práticas educativas, da reflexão sobre as relações dos seres entre si, do ser humano com ele mesmo e do ser humano com seus semelhantes é condição imprescindível para que a Educação Ambiental ocorra. Dentro desse contexto, sobressaem-se as escolas, como espaços privilegiados na implementação de atividades que propiciem essa reflexão, pois isso necessita de atividades de sala de aula e atividades de campo, com ações orientadas em projetos e em processos de participação que levem à autoconfiança, a atitudes positivas e ao comprometimento pessoal com a proteção ambiental implementados de modo interdisciplinar (DIAS, 1992).

Entretanto, não raramente a escola atua como mantenedora e reprodutora de uma cultura que é predatória ao ambiente. Nesse caso, as reflexões que dão início à implementação da Educação Ambiental devem contemplar aspectos que não apenas possam gerar alternativas para a superação desse quadro, mas que o invertam, de modo a produzir conseqüências benéficas, favorecendo a paulatina

compreensão global da fundamental importância de todas as formas de vida coexistentes em nosso planeta, do meio em que estão inseridas, e o desenvolvimento do respeito mútuo entre todos os diferentes membros de nossa espécie (CURRIE, 1998).

Esse processo de sensibilização da comunidade escolar pode fomentar iniciativas que transcendam o ambiente escolar, atingindo tanto o bairro no qual a escola está inserida como comunidades mais afastadas nas quais residam alunos, professores e funcionários, potenciais multiplicadores de informações e atividades relacionadas à Educação Ambiental implementada na escola.

CONCLUSÕES

A preservação de determinadas áreas é de fundamental importância para a vida no planeta. Os corpos d'água em especial nascentes merecem atenção especial, por ser ponto chave para a sobrevivência da vida, dos animais, da vegetação e do próprio homem. Cabe a toda a sociedade e, em especial, órgãos governamentais e Instituições de Ensino e Pesquisa colaborarem neste sentido.

Já foi bastante propagada a escassez dos recursos frente às necessidades crescentes de consumo humano. Mas, a sociedade na sua forma de apropriação do espaço e em particular do espaço urbano, ainda comporta-se como se o ambiente fosse uma fonte inesgotável de recursos. E são os recursos hídricos os primeiros a serem degradados no processo de ocupação humana.

Apesar de possuir leis ambientais que assegurem a preservação dos seus recursos naturais, a população feirense ainda perece com a falta de aplicação das mesmas. É necessária a criação de associações locais que discutam e busquem formas de amenizarem suas problemáticas sociais, cobrando das autoridades competentes atitudes concernentes às leis ambientais existentes.

Fica evidente, ao final deste estudo, que os problemas ambientais, em particular os urbanos, possuem suas raízes em problemas sociais mais profundos e complexos e as alternativas para tais problemas perpassam pela Educação Ambiental, pelo envolvimento da população como um todo e pela formação de novas racionalidades capazes de produzir novos valores sociais, políticos e econômicos.

A Educação Ambiental deve ter um modelo autêntico, adequado, profundo e durável, que ultrapasse a banalização das análises simplistas das questões ambientais e tenha uma reflexão pedagógica mais profunda. A Educação Ambiental, dentro de sua perspectiva holística, tem uma intencionalidade, que é gerar novos vínculos com o ambiente imediato, seja ele natural, construído, espacial ou temporal, através de uma ética particular.

A Educação Ambiental fomenta novas atitudes nos sujeitos sociais e novas decisões dos Governos, guiados pelos princípios da sustentabilidade ecológica, da

valorização da diversidade cultural, através da racionalidade econômica e do planejamento do desenvolvimento. Ela implica educar para formar um pensamento crítico, reflexivo, capaz de analisar as complexas relações da realidade natural e social, para atuar no ambiente dentro de uma perspectiva global, mas diferenciada pelas diversas condições que a definem (LEFF, 1995).

A Educação Ambiental deve ser projetada sobre as realidades locais e globais, abrangendo os principais espaços da sociedade civil, das diversas instituições e do Estado, com relevância na compreensão de que a relação “ser humano - natureza” é mediatizada pelas relações na sociedade e representa um ponto central na capacidade de ação ética, educativa e comunicativa, que permita a construção de um mundo mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JAP. 2000. Aplicação da Metodologia Sistêmica ao estudo do sítio urbano de Feira de Santana/Ba. *Sitientibus* 22: 9-26.
- CÓDIGO DO MEIO AMBIENTE LEI COMPLEMENTAR NO. 1.612/92.** Prefeitura Municipal de Feira de Santana.
- CURRIE KL. 1998. **Meio ambiente: interdisciplinaridade na prática.** Campinas: Papirus.
- DIAS GF. 1992. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** São Paulo: Gaia.
- LEFF E. 1995. La pedagogia del ambiente. *Formación Ambiental* 6(12): 18-21.
- LOBÃO JSB & RAS MACHADO. 2005. Avaliação multi-temporal, da ocupação das lagoas urbanas de Feira de Santana-BA, por meio de Sistema de Informação Geográfica. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12. Anais...* Goiânia: INPE. p. 3797-3804.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2000. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde.** 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- PÁDUA JA. 1998. **Ecologia e política no Brasil.** Rio de Janeiro: IUPERJ/Espaço e Tempo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. 1999. **Plano Direto de Desenvolvimento Urbano de Feira de Santana.**
- SANCHES SP. 2002. **Viraemexe ambiental, relato de uma experiência.** Feira de Santana: Clínica dos Livros.
- VASCONCELLOS HSR. 1997. A pesquisa-ação em projetos de Educação Ambiental. *In: AG PEDRINI (ORG). Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas.* Petrópolis: Vozes.